

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ALIADA NO COMBATE À INJUSTIÇA  
CLIMÁTICA E RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL:  
uma revisão integrada**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION AS AN ALLY IN THE FIGHT AGAINST  
CLIMATE INJUSTICE AND ENVIRONMENTAL RACISM IN BRAZIL:  
an integrated review**

Helen Virlayne de Jesus Henrique <sup>1</sup>  
Gislaine Vieira Damiani <sup>2</sup>

**RESUMO**

Este estudo buscou entender, de forma clara e acessível, como a Educação Ambiental (EA) tem sido utilizada para enfrentar as práticas de injustiça climática e racismo ambiental no Brasil, especialmente em um momento de mudanças climáticas e eventos extremos. Para isso, analisamos a relação entre racismo ambiental, injustiça climática e Educação Ambiental, tentando responder à pergunta: de que maneira a EA tem sido trabalhada para combater essas questões no país? O trabalho objetivou compreender como vem ocorrendo as pesquisas e a difusão de conhecimentos sobre a EA como aliada ao combate do racismo ambiental e injustiça climática em tempos de mudanças climáticas. Sua metodologia consistiu em uma revisão integrada da literatura, que buscou conceituar racismo ambiental, injustiça ambiental e injustiça climática; levantar e comparar estudos já publicados sobre a temática e analisar como os tópicos se conectam, tendo em vista a interdisciplinaridade da Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Educação ambiental; Racismo ambiental; Injustiça climática.

**ABSTRACT**

This study sought to understand, in a clear and accessible way, how Environmental Education (EE) has been used to address climate injustice and environmental racism in Brazil, especially during a time of climate change and extreme events. To this end, we analyzed the relationship between environmental racism, climate injustice, and Environmental Education, attempting to answer the question: how has EE been used to combat these issues in the country? The work aimed to understand how research and the dissemination of knowledge about EE as an ally in combating environmental racism and climate injustice in times of climate change have been occurring. Its methodology consisted of an integrated literature review, which sought to conceptualize environmental racism, environmental injustice, and climate injustice; to identify and compare studies already published on the subject; and to analyze how the topics connect, considering the interdisciplinarity of Environmental Education.

**Keywords:** Environmental education; Environmental racism; Climate injustice.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia - PUC Minas, [contato.helenvirlayne@gmail.com](mailto:contato.helenvirlayne@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Fisiologia Médica - Unicamp, [gislaine.damiani@ifsp](mailto:gislaine.damiani@ifsp)

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas quanto à questão ambiental na atualidade se refere aos desastres ambientais e climáticos, ocasionados por anos consecutivos de exploração predatória da natureza por parte de enormes conglomerados de empresas. Apesar de todos sofrermos com os impactos ambientais advindos de tais atividades, são os grupos sociais de baixa renda e minorias que pagam o preço mais alto, reinando a injustiça quanto à distribuição e uso dos recursos naturais e também dos eventos climáticos extremos (Herculano, 2008).

Herculano (2008) nos assegura que a apropriação dos recursos naturais e a concentração de poder sobre eles é o principal responsável, no Brasil, pela chamada injustiça ambiental, que pode ser compreendida como um mecanismo utilizado por sociedades desiguais para destinar maior carga dos danos ambientais provenientes do crescimento econômico e desenvolvimento não sustentável às populações de baixa renda, grupos discriminados racialmente, povos tradicionais e quaisquer outros tipos de populações marginalizadas e vulneráveis.

Arelado à injustiça ambiental está também o racismo ambiental, que, ainda que seja algo muito evidente, é invisibilizado pela mídia brasileira e demais meios de comunicação, sendo até mesmo pouco tratado no meio acadêmico, se comparado com outras formas de discriminação (Conceição *et al.*, 2024).

Considerando tudo isto, acreditamos que uma das formas de se trabalhar conceitos em prol de ações que visem a sustentabilidade e a responsabilização dos agentes causadores de grandes danos ambientais, além de conscientizar sobre injustiças e discriminações a fim de denunciá-los, é através de projetos de Educação Ambiental crítica e emancipatória (Zezzo; Coltri, 2022), que não necessariamente aconteçam apenas dentro dos muros da escola, mas que auxiliem na tomada de decisões e na construção de políticas públicas para o meio ambiente e no exercício da cidadania. O exercício da cidadania, por vezes requer a compreensão de conceitos não muito populares, como os de injustiça ambiental e climática, racismo ambiental, mudanças climáticas, educação ambiental; dentre outros e saber como utilizá-los no processo de descolonização de saberes e práticas (Conceição *et al.*, 2024).

Posto isto, este estudo buscou entender, de forma clara e acessível, como a Educação Ambiental (EA) tem sido utilizada para enfrentar as práticas de injustiça climática e racismo ambiental no Brasil, especialmente em um momento de mudanças climáticas e eventos extremos. Para isso, analisamos a relação entre racismo ambiental, injustiça climática e Educação Ambiental, tentando responder à pergunta: de que maneira a EA tem sido trabalhada para combater essas questões no país?

Destarte, o presente trabalho se justifica pela dificuldade de encontrar estudos que relacionem racismo ambiental, injustiça climática, mudanças climáticas e Educação Ambiental (EA), pois ainda que os conceitos tenham relação intrínseca um com o outro pouco se trabalha a interseccionalidade deles e os conceitos em si de forma entrelaçada.

Este trabalho objetivou, a partir de uma revisão integrada da literatura, compreender como vem ocorrendo as pesquisas e a difusão de conhecimentos sobre a EA como aliada ao combate do racismo ambiental e injustiça climática em tempos de eventos climáticos extremos no Brasil. O estudo teve como objetivos específicos, conceituar racismo ambiental, injustiça ambiental e injustiça climática; levantar e comparar estudos já publicados sobre a temática e analisar como os tópicos se conectam nesses estudos, tendo em vista a interdisciplinaridade da Educação Ambiental.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Justiça climática e racismo ambiental são assuntos ainda pouco explorados no meio acadêmico brasileiro e se encontram mais distantes ainda do repertório da maioria da população do país, ainda que sejam temas de extrema relevância em nosso cenário atual. Tal cenário é marcado pelo desrespeito do homem à natureza, e por constantes mudanças climáticas e tragédias ambientais, sendo o mais recente deles as enchentes que devastaram o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2024 (Ruscheinsky; Reinehr, 2024). Esses desastres ilustram o conceito de injustiça ambiental.

Derivado das injustiças ambientais e mesclado a elas, o termo injustiça climática se refere, como afirmam Acselrad *et al.* (2009), à percepção de que são os grupos étnicos desprovidos de poder e os grupos mais pobres que suportam a maior parte dos riscos ambientais socialmente produzidos, seja quando os recursos são extraídos ou já na forma de resíduos.

Oposto à injustiça climática e ambiental está o direito a um meio ambiente saudável, que se concretiza na segurança de que nenhum grupo social, suporte desigualmente as consequências ambientais negativas da produção econômica ou das decisões políticas tomadas. A justiça ambiental e climática ocorre mediante amplo acesso e transparência na divulgação de informações sobre o uso dos recursos naturais, destinação de rejeitos e participação efetiva da população na construção de políticas públicas que dizem respeito ao ambiente em que vivem (Herculano, 2008; Brianezi *et al.*, 2025).

No caminho para o estabelecimento da justiça climática e ambiental, temos o racismo ambiental que funciona como uma barreira quanto à conscientização e luta contra as ações que

configuram as desigualdades e vulnerabilidades intencionais geradas por nosso sistema político (Conceição *et al.*, 2024). O racismo ambiental pode ser entendido como todas aquelas injustiças sociais e ambientais que recaem de maneira desproporcional sobre etnias vulneráveis, por isso sem justiça racial é impossível que haja justiça climática (Herculano, 2008; Brianezi *et al.*, 2025).

O termo, surgiu na década de 1980, a partir da realização de diagnósticos ambientais que consideravam em seu escopo fatores sociais como pobreza, demografia e acesso à água na tentativa de construir instrumentos capazes de avaliar a situação da equidade ambiental (Acselrad *et al.*, 2009). Conforme Silva, dos estudos iniciados em 1980, pôde-se concluir que "os impactos dos acidentes ambientais eram distribuídos desigualmente por raça e por renda", demonstrando que "raça é um bom indicador geográfico de carga ambiental" (Silva *et al.* 2017, p. 2). Dessa forma, a equidade racial se insere aqui como ponto de partida e linha de chegada no sentido de que o combate ao racismo ambiental é também um enfrentamento ao racismo estrutural já arraigado na sociedade brasileira (Brianezi *et al.*, 2025).

Na tentativa de minimizar os malefícios da insensibilidade ambiental e conscientizar sobre racismo ambiental e injustiça climática em tempos de iminentes mudanças climáticas, acreditamos que o trabalho com a Educação Ambiental crítica pode auxiliar a identificar mais claramente a relação entre meio ambiente e injustiça ambiental nesses locais, e resguardar a população quanto a eventos climáticos extremos pois, na medida em que a população se torna consciente de seu papel, ela também passa a reivindicar do poder público ações que assegurem dignidade a sua vida (Amorim; Silva Júnior, 2022).

Sendo assim, a EA é definida pela Política Nacional de Educação Ambiental, como “[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes [...] voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Brasil, 1999, p. 1).

Infelizmente, a EA é comumente tratada e trabalhada como uma educação sem importância, um momento de lazer dos educandos com a natureza, uma aula sobre reciclagem, e não como um momento e espaço para discussões e diálogos. Sabemos que por si só a EA não é suficiente para o enfrentamento da mudança climática (Brianezi *et al.*, 2025); todavia a EA pode contribuir para a construção de uma educação crítica e emancipatória auxiliando na luta por direitos individuais e coletivos, dialogando e até pressionando o poder público a aderir a formas de democracia mais participativas com relação aos assuntos ambientais (Nascimento *et al.*, 2023).

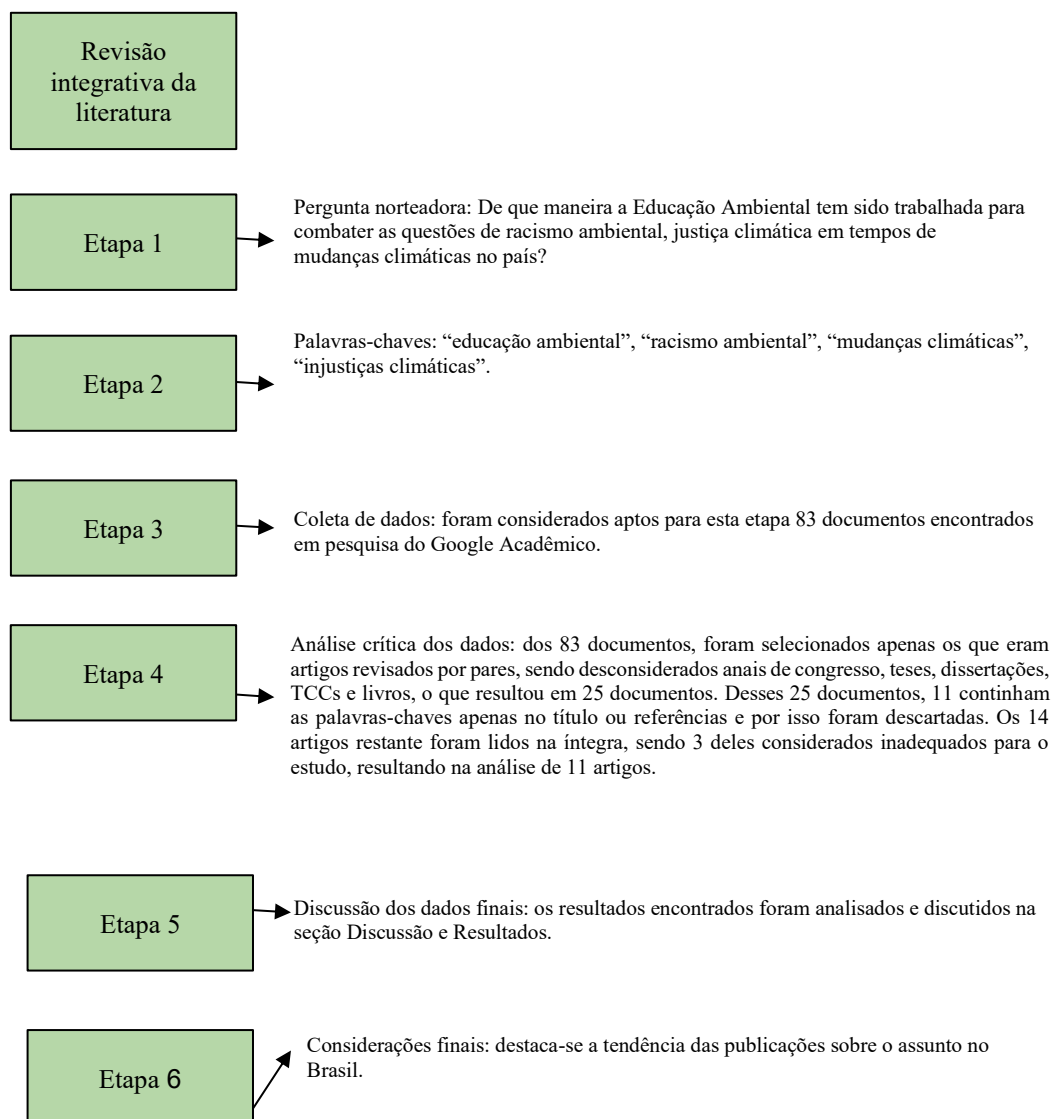
Quando nos perguntamos, à luz da EA, quem são as pessoas mais impactadas pelos desastres ambientais, denunciemos com quem as corporações e governos, assim como a sociedade em geral, têm falhado (Herculano, 2008; Acseirad *et al.*, 2009). Assim, a EA se torna uma das ferramentas que podemos utilizar na busca por justiça climática e equidade racial em nosso país (Biasoli; Brianezi, 2024).

### **3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

O presente estudo se trata de uma revisão de literatura em que é feito uma Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa que consoante Nascimento *et al.* (2023), é um método que permite a análise de um fenômeno específico para sua melhor compreensão e revisão de conceitos, a partir do levantamento de trabalhos já publicados.

Foi realizado levantamento bibliográfico no mês de abril de 2025. A base de dados usada para o levantamento foi o Google Acadêmico, escolhido por sua facilidade de uso e proximidade com os internautas. Com o uso da ferramenta, foram buscadas as palavras-chaves “educação ambiental”, “racismo ambiental”, “justiça climática”, “mudanças climáticas”. Durante a busca foram selecionados os filtros “pesquisar páginas em Portugues”, período específico de 2020 a 2025. Com esses critérios, foram encontrados 92 arquivos e, após remoção dos arquivos que eram patentes ou citações, ficaram 83 arquivos. Os 83 arquivos foram abertos e verificados um por um quanto ao tipo de documento. Dos 83, 9 eram documentos publicados em anais de congressos, 14 eram livros, 3 eram artigos publicados em revistas estrangeiras e 31 eram Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado. Foram excluídos todos os documentos que não se encaixavam nos critérios estabelecidos (artigos revisados por pares, publicados em revistas brasileiras e escritos em língua portuguesa. Nos artigos as palavras chaves deveriam estar inseridas no corpo do texto e não apenas nas referências ou no título do texto). A figura 1 apresenta as etapas metodológicas realizadas durante a revisão.

**Figura 1. Adaptada de Zezzo & Coltri (2022).**



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da metodologia proposta, foram considerados os 11 artigos finais, resultando em um número substancialmente pequeno de dados a serem analisados. Presumimos que isso pode ser resultado da escassez de publicações em língua portuguesa sobre o assunto (Zezzo; Coltri, 2022). Obviamente, artigos publicados em inglês têm maior alcance, o que é atrativo para autores brasileiros; levando-os a deixar de contribuir com periódicos brasileiros por esse motivo (Zezzo; Coltri, 2022). Todavia, o fato de existirem poucos artigos sobre o assunto na língua portuguesa publicados em revistas nacionais pode revelar problemas mais profundos, como a falta de interesse científico em discorrer sobre o tema e a criação de “uma barreira aos

professores de educação básica que utilizariam esses trabalhos como possíveis fontes” (Zezzo; Coltri, 2022, p. 05).

Ao analisarmos os artigos encontrados neste estudo, destacamos que 5 deles descreviam a experiência prática de oficinas de EA voltadas ao combate do racismo ambiental e injustiça climática. Desses cinco artigos, o de Amorim e Silva Júnior (2022) era resultado de uma pesquisa de doutorado e trabalhou com comunidades ciganas; os outros quatro artigos: Rosa *et al.* (2024), Ruta *et al.* (2024), Luiz; Sato (2021) e Sánchez *et al.* (2020) eram resultado de projetos de extensão universitária, dando a entender que a EA é mais trabalhada no campo extensionista. Os demais estudos analisados eram artigos teóricos que buscavam trazer a conceituação de termos e discussões sobre o assunto, assim como traziam possíveis usos da EA dentro do contexto brasileiro de mudança climática, preconizando o uso da educomunicação para divulgação de projetos relacionados à EA.

Os artigos de Miranda e Sánchez (2024) e Rodrigues (2024) abordam a problemática de uma EA feita por terceiros, estrangeiros, ao invés de uma EA que buscasse solidez em conhecimentos de comunidades tradicionais. Conforme eles, como é possível o combate do racismo ambiental e das injustiças se a educação não considera os conhecimentos desses mesmos grupos que são os marginalizados? A EA, segundo os autores Miranda e Sánchez (2024), Brianezi *et al.* (2025), Rosa *et al.* (2024), Sánchez *et al.* (2020), Luiz e Sato (2021), Biasoli e Brianezi (2024) e Rodrigues (2024), deve ser feita em colaboração com as comunidades e os povos mais afetados pelas desigualdades, especialmente as ambientais, se não corre-se o risco de uma EA fajuta, que não serve àquilo que se propõe de fato.

Os trabalhos que abordaram experiências práticas foram, em sua maioria, desenvolvidos em comunidades quilombolas, como as descritas por Rosa *et al.* (2024), Luiz e Sato (2021) e Sánchez *et al.* (2020) e apenas um deles foi desenvolvido com público em idade escolar dentro do ambiente formal de educação, os demais ocorreram com adultos e em forma de roda de conversa, entrevistas e oficinas. É provável que o trabalho tenha se desenvolvido com essas comunidades por serem as comunidades quilombolas e indígenas as mais afetadas no Brasil, quanto ao racismo ambiental. Nesse sentido, é compreensível que o estudo de Miranda e Sánchez (2024) tenha abordado em seu escopo o termo “branquitude ambiental”, na tentativa de descrever de que lugar surgiria o racismo ambiental.

Abaixo trazemos um quadro que sintetiza o foco de cada artigo avaliado neste estudo. É fácil compreender a complexidade da temática observando esse quadro, já que não há uma linearidade no tratamento do tema e o que essa amostra, ainda que relativamente pequena, de estudos sobre a EA nos apresenta são os múltiplos espaços de discussão e os atores envolvidos.

O Quadro 1 sintetiza as principais informações acerca dos artigos avaliados.

**Quadro 1. Síntese das informações dos artigos avaliados.**

| Ano  | Autores                | Título   | Síntese   |
|------|------------------------|--|---|
| 2024 | Miranda & Sánchez      | Branquitude ambiental, cimarronaje e re-existência em Abya Yala: des/reaprendizagens da luta por justiça ambiental e territorial               | O estudo traz a conceituação do <i>ethos</i> descolonizador e o que seria o <i>modus vivendi</i> de comunidades afetadas por diferentes formas de violação de direitos ambientais e territoriais diante do que os autores denominam de “branquitude ambiental”.   |
| 2025 | Brianezi <i>et al.</i> | Enfrentar a emergência climática demanda investir em educação ambiental transformadora   | Discorre sobre educação climática no contexto escolar e como a Educação Ambiental tem importante papel nisso. Cita exemplos de práticas e iniciativas no Brasil e fora dele e os desafios que o país enfrenta quanto a fazer uma educação ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas.   |
| 2024 | Rosa <i>et al.</i>     | Do racismo ambiental aos saberes socioambientais: diálogo entre mestres dos saberes e sujeitos aprendentes na comunidade quilombola do degredo | O estudo reconhece e valoriza múltiplas formas de conhecimento em diferentes contextos sociais e culturais, promovendo diálogos interculturais ao analisar a vivência formativa a partir da perspectiva freiriana, promovida pelo Projeto Rio Doce Escolar, junto à Comunidade Quilombola do Degredo, no município de Linhares/ES. Insere a educação ambiental no contexto quilombola e na defesa dos direitos de povos tradicionais. |
| 2020 | Sánchez <i>et al.</i>  | Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências E Esperanças  | Defende que educação ambiental crítica desempenha um importante papel ao promover reflexões sobre o modelo de sociedade, as relações dos humanos com o ambiente e as outras espécies, a desigualdade no uso dos recursos naturais e o desproporcional impacto dos danos ambientais nas populações marginalizadas.   |
| 2024 | Ruta <i>et al.</i>     | “Futuros da Baía de Guanabara”: uma exposição sobre inovação e democracia climática  | Busca examinar o evento expositivo “Futuros da Baía de Guanabara: inovação e democracia climática”, realizado entre 21 de março e 14 de maio de 2023. O evento, de caráter imersivo e interativo, discutiu a importância da Baía de Guanabara e analisou os impactos das mudanças climáticas nesse ecossistema, tanto no presente quanto no futuro.   |
| 2021 | Luiz e Sato.           | Letras e Rimas Quilombolas: Educomunicação Socioambiental em Versos de Resistência   | Objetivou apresentar e discutir parte dos resultados obtidos com a pesquisa intitulada “Fenomenologia transmidiática: cartografando o clima em Mata Cavallo”, integrante da Rede Internacional de Justiça Climática e Educação Ambiental (Reaja), que conta com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat).  |
| 2022 | Amorim e Silva Júnior  | Natureza, povos ciganos e justiça climática: relações interculturais e ambientais  | Teve como objetivo refletir sobre a relação entre os povos ciganos e as questões ambientais, a partir dos conceitos de justiça ambiental e tendo como ancoragem a Educação Ambiental Fenomenológica.  |
| 2024 | Ruscheinsk e Reinehr   | A Educação Ambiental na reconstrução   | Proporciona algumas ponderações sobre as perspectivas atinentes às circunstâncias de uma policrise no território do   |



|      |                         |  |  |
|------|-------------------------|--|--|
|      |                         | socioambiental em fase do desastre em decorrência da emergência climática  | RS, que se configurou como inundações que geraram demandas emergenciais e reorganização de estruturas de proteção socioambiental, bem como novos horizontes para educação ambiental.   |
| 2024 | Conceição <i>et al.</i> | Racismo ambiental na moda: o lixo têxtil como uma forma de colonização   | Situa a questão dos resíduos têxteis sob a perspectiva do racismo ambiental, tecendo articulações para imaginar cenários, baseados em estratégias de circularidade que minimizem o descarte e considerem formas de reparar as comunidades prejudicadas.          |
| 2024 | Biasoli & Brianezi      | Enfrentar a emergência climática inclui investir em educação ambiental de qualidade                                | Trata da emergência da educação ambiental no campo climático nos dois sentidos do termo: o de emergir e em relação à gravidade dos impactos sentidos decorrentes da mudança do clima.  |
| 2024 | Rodrigues               | A Amazônia sob novas encruzilhadas? Uma reflexão crítica sobre as novas colonialidades face à emergência climática | Visa refletir criticamente sobre os processos de colonialidades, a partir da criação e ações de centros de estudos, pesquisas e alianças/redes de proteção, dentre outras instituições internacionais em defesa da Amazônia no contexto de emergência climática. |

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, os 11 artigos apontam a EA como aliada na luta diante do racismo ambiental e das injustiças climáticas, trazendo também outros conceitos importantes para aprofundamento do tema, todavia, percebe-se, até mesmo pela falta de estudos interseccionando os termos aqui utilizados como palavras-chave pela lacuna no saber acerca da temática. Além disso, por vezes percebe-se que a EA é tida apenas como pano de fundo, não aparentando relevância real quanto à formação crítica e emancipatória. Por isso, é necessário o desenvolvimento de mais estudos acerca da EA como aliada na luta do racismo ambiental e das injustiças climáticas, seja através de projetos de extensão, seja através de pesquisas melhor estruturadas, o que não se pode é deixar de lado seu potencial como uma educação para o enfrentamento das mudanças climáticas.

No mais, consideramos que os objetivos do trabalho, como propostos, foram alcançados ainda que tenhamos apresentado real dificuldade no levantamento da bibliografia e na construção dos resultados, tendo em vista que a discussão sobre a temática no Brasil ainda parece estar se consolidando e que trabalhar com temas transversais, interdisciplinares e internacionais apresenta suas dificuldades por si só.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello da Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- AMORIM, Priscilla Mona de; SILVA JÚNIOR, Aluizio Azevedo. Natureza, povos ciganos e justiça climática: relações interculturais e ambientais. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 27, n. 2, p. 1–23, 2022. DOI: 10.14295/ambeduc.v27i2.14696. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/ambeduc/article/view/14696>. Acesso em: 14 abril 2024.
- BIANEZI, Thaís; BIASOLI, Semíramis; TRAJBER, Rachel. Enfrentar a emergência climática demanda investir em educação ambiental transformadora. **Diálogos Soberania e Clima**, v. 4, n. 1, 2025.
- BIASOLI, Semíramis; BRIANEZI, Thaís. **Enfrentar a emergência climática inclui investir em educação ambiental de qualidade**. Brasília: Centro Soberania e Clima, 2024. Disponível em: <https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-Marco-2025-Portugues-04-42-52.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 14 maio 2025.
- CONCEIÇÃO, Maria Eloisa de Jesus; SANTOS, Jorge Roberto Lopes; MAGALHÃES, Cláudio Freitas; FRANZATO, Carlo; POBLETE, Lia Moreira Astudillo. Racismo ambiental na moda: o lixo têxtil como uma nova forma de colonização. **Plural Design**, Joinville, SC, Brazil, v. 7, n. 1, p. 59–69, 2024. DOI: 10.21726/pl.v7i1.2361. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/PL/article/view/2361>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **INTERFACEHS**, 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.
- LUIZ, Thiago Cury; SATO, Michêlo. Letras e rimas quilombolas: educomunicação socioambiental em versos de resistência. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, n. esp., p. 487-511, 14 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2021.v14iesp..a50729>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- MIRANDA, Claudia; SÁNCHEZ, Celso. Branquitude ambiental, cimarronaje e re-existência em Abya Yala: des/reaprendizagens da luta por justiça ambiental e territorial. **Revista Cocar**, Belém, ed. esp., n. 23, p. 1–17, 2024. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar>. Acesso em: 14 abr. 2025.
- NASCIMENTO, Karina Leonardo.; AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta; ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira. As múltiplas faces do racismo ambiental no Brasil: uma revisão sistemática. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 6, p. 5072–5089, 2023. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/784>. Acesso em:

14 abr. 2025.

RODRIGUES, Jondison Cardoso. A Amazônia sob novas encruzilhadas? Uma reflexão crítica sobre as novas colonialidades face à emergência climática. **NAEA**, v. 1, n. 1 (Edição 577), 2024. ISSN 1516-9111. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/17759>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ROSA, Débora Lázara; GOMES, Jadilson Lino de Oliveira; AMADO, Manuella Villar. Do racismo ambiental aos saberes socioambientais: diálogo entre mestres dos saberes e sujeitos aprendentes na comunidade quilombola do Degredo. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, n. 17, Dossiê temático, maio 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/krkr.v1i17.44551>.

Acesso em: 20 abr. 2025.

RUSCHEINSKY, Aloisio.; REINEHR, Rosemarie. A Educação Ambiental na reconstrução socioambiental em face do desastre em decorrência da emergência climática. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 19, n. 53, p. 92-107, 17 dez. 2024. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/387668575> . Acesso em: 20 abr. 2025.

SÁNCHEZ, Celso.; PELACANI, Bárbara.; ACCIOLY, Inny. Editorial Educação Ambiental: insurgências, re-existências e esperanças. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 4 jun. 2020.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/43012> . Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, Michele Alice; COSENZA, Angelica; PINTO, Vicente P.S. Justiça, racismo e conflitos ambientais na literatura sobre educação ambiental: o que dizem os anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Educação Ambiental?. IX EPEA - ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Juiz de Fora (MG), 2017. **Anais [...]**.

Disponível em: [http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0158.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0158.pdf). Acesso em: 17 abr. 2024.

ZEZZO, Larissa Vieira; COLTRI, Priscila Pereira. Educação em mudanças climáticas no contexto brasileiro: uma revisão integrada. **Terra e Didática**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e022039, 2022. Disponível em: <https://www.terraedidatica.com.br/td/article/view/8881>.

Acesso em: 15 abr. 2025.